



## **Conteúdo**

Relatório do Auditor Independente	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa (Método indireto)	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Administradores do  
IDBrasil Cultura, Educação e Esporte  
São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **IDBrasil Cultura, Educação e Esporte** ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **IDBrasil Cultura, Educação e Esporte** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas, combinadas com os aspectos contábeis contidos na Interpretação Técnica ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a **Entidade**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

#### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras da **Entidade** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 20 de fevereiro de 2017, sem conter modificação.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da **Entidade** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Entidade** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Entidade** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **Entidade** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Entidade**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Entidade**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Entidade** a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, SP, 21 de fevereiro de 2018.

**GF Auditores Independentes**  
CRC 2SP 025248/O-6

Vladimir Ortiz Pereira  
Contador – CRC 210264/O-1

## IDBrasil Cultura, Educação e Esporte

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Recursos vinculados a projetos	4	12.658	23.103	Fornecedores e outras contas a pagar		307	301
Contas a receber		89	56	Obrigações tributárias		40	65
Outros créditos		42	38	Obrigações trabalhistas e encargos sociais	7	833	947
Despesas antecipadas		74	23	Projetos vinculados a executar	6	11.663	21.907
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>12.863</b>	<b>23.220</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>12.843</b>	<b>23.220</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Depósito judicial	8	103	-	Obrigações com o Estado - Imobilizado e intangível	6d	621	687
Imobilizado	5	615	675	Contingências Trabalhistas	8	124	-
Intangível		6	12	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>744</b>	<b>687</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>724</b>	<b>687</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	10		
				Patrimônio social acumulado		-	-
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>13.587</b>	<b>23.907</b>	<b>Total do passivo</b>		<b>13.587</b>	<b>23.907</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# ID Brasil Cultura, Educação e Esporte

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
<b>Receitas com restrições (atividades culturais)</b>			
<b>Contrato de Gestão</b>			
Contrato de Gestão	11	10.130	12.633
Venda de ingressos - contrato de gestão	6c	786	669
Aluguéis de espaços - contrato de gestão	6c	334	331
Aluguéis de espaços para eventos - contrato de gestão	6c	333	174
Receitas financeiras	6b	215	457
Parcerias e permutas	6c	203	92
Prestação de serviços	6c	-	62
Outras	6c	44	67
Voluntários	6c	21	502
Indenização MLP - sinistro		-	1.945
Receitas financeiras MLP - sinistro	6b	562	1.108
		<u>12.628</u>	<u>18.040</u>
<b>Leis de incentivo</b>			
Recursos projetos especiais (Leis de incentivo)		302	482
Receitas financeiras	12	25	51
		<u>327</u>	<u>533</u>
<b>Total das receitas com restrições</b>		<b><u>12.955</u></b>	<b><u>18.573</u></b>
<b>Despesas com restrições (atividades culturais)</b>			
<b>Contrato de Gestão</b>			
Com pessoal	13	(7.279)	(8.921)
Serviços prestados por terceiros	14	(2.527)	(3.095)
Gerais e administrativas	15	(1.264)	(1.756)
Energia elétrica e telecomunicações		(534)	(420)
Impostos, taxas e contribuições		(2)	(16)
Depreciação e amortização		(152)	(147)
Parcerias e permutas		(203)	(13)
Voluntários	3i	(21)	(502)
Gastos MLP - Sinistro	16	(131)	(2.808)
Despesas financeiras MLP - sinistro		(431)	(245)
Despesas financeiras		<u>(84)</u>	<u>(117)</u>
		<u>(12.628)</u>	<u>(18.040)</u>
<b>Leis de incentivo</b>			
Gerais e administrativas		(61)	(115)
Programa de exposição		(87)	-
Serviços prestados por terceiros		(173)	(325)
Energia elétrica e telecomunicações		-	(79)
Despesas financeiras	17	<u>(6)</u>	<u>(14)</u>
		<u>(327)</u>	<u>(533)</u>
<b>Total das despesas com restrições</b>		<b><u>(12.955)</u></b>	<b><u>(18.573)</u></b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **IDBrasil Cultura, Educação e Esporte**

### **Demonstrações de resultados abrangentes**

**Exercícios findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

*(Em milhares de Reais)*

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Resultado do exercício</b>	-	-
Outros resultados abrangentes:	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

153  
X

## IDBrasil Cultura, Educação e Esporte

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

*(Em milhares de Reais)*

	<u>Superávits / déficits acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1 de janeiro de 2016	-	-
Resultado do exercício	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-
Resultado do exercício	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

(Em milhares de Reais)

## IDBrasil Cultura, Educação e Esporte

### Demonstrações dos fluxos de caixa (Método indireto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Resultado do exercício</b>	-	-
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	152	147
Contingências trabalhistas	124	-
<b>(=) Superávit (Déficit) do exercício ajustado</b>	<u>276</u>	<u>147</u>
<b>Variação nos ativos e passivos</b>		
<b>(Aumento)/redução nos ativos em</b>		
Recursos vinculados a projetos	10.445	(18.246)
Contas a receber	(33)	174
Outros créditos	(4)	29
Despesas antecipadas	(51)	32
Depósito judicial	(103)	-
<b>Aumento/(redução) nos passivos em</b>		
Fornecedores e outras contas a pagar	6	(182)
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	(114)	(20)
Obrigações tributárias	(25)	(255)
Projetos vinculados a executar	(10.244)	18.468
Obrigações com o Estado - Imobilizado e intangível	(66)	(27)
<b>Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais</b>	<u>87</u>	<u>120</u>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>		
Aquisição de imobilizado e intangível	(85)	(120)
<b>Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento</b>	<u>(85)</u>	<u>(120)</u>
<b>Variação líquida do caixa</b>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Movimentação líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	-	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

*[Handwritten signature]*

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 1. Contexto operacional

O IDBrasil Cultura, Educação e Esporte ("Entidade"), é uma Entidade de direito privado, sem fins econômicos e lucrativos constituída em 7 de maio de 2008 e qualificada como organização social no âmbito da cultura através do processo nº SC-911-2008 em 22 de agosto de 2008. Tem como objetivo principal a operacionalização e execução das atividades e serviços na área de museologia no Museu do Futebol ("MDF") e Museu da Língua Portuguesa ("MLP").

Para cumprimento de seus objetivos, a Entidade poderá, conforme definido pelo Conselho de Administração, realizar as seguintes atividades:

- a. Criar, apoiar, fomentar, promover e administrar espaços culturais, educacionais e desportivos, com a propagação do conhecimento entre membros da sociedade civil.
- b. Propor, executar, divulgar estudos, pesquisas, informações, produzidos por si ou por terceiros, nas áreas de esportes, educação e cultura.
- c. Promover, gerir, e apoiar a recuperação, conservação e difusão do patrimônio histórico, cultural, ambiental e artístico.
- d. Captar recursos e administrar espaços destinados a custear as atividades e ações necessárias para o cumprimento de suas finalidades.
- e. Promover exposições temáticas, cursos, eventos, e atividades recreativas e técnico-científicas, ou colaborar para a realização das mesmas, nos assuntos relacionados as áreas de educação, cultura e desporto em geral.
- f. Manter intercâmbio com outras instituições que atuam no âmbito da cultura, da educação, e do esporte do país ou do exterior.
- g. Prestar consultorias nas áreas fim, bem como realizar pesquisas ou outras atividades de suporte para suas finalidades.
- h. Promover a edição e difusão de publicações on line e off line como livros, revistas, boletins, áudios, vídeos, cds, dvds, folhetos, folders, sites, cartazes e similares.
- i. Produzir e vender, direta ou indiretamente, produtos com marcas e logos de propriedade ou cedidas ao IDBrasil.
- j. Promover e difundir a Língua Portuguesa.
- k. Promover, preservar a memória, e difundir o Futebol.

### **Informações da Administração**

O IDBrasil firmou em 2016 dois novos contratos com a Secretaria de Estado da Cultura, para gestão do Museu do Futebol e do Museu da Língua Portuguesa, ambos com vigência até 31 de dezembro de 2020, mantendo assim seu compromisso com a gestão desses equipamentos de grande relevância Cultural.

O convênio com a Secretaria de Estado da Cultura, Fundação Roberto Marinho e IDBrasil, assinado em janeiro de 2016, 30 dias após o incêndio que afetou o Museu, viabiliza sua reconstrução e atualização da museografia, com recursos da indenização do seguro e de patrocínios privados, originários de leis de incentivo. Os recursos da indenização do sinistro totalizaram R\$ 35.912; dos quais R\$ 34.411 serão destinados às obras, incluindo as ações emergenciais iniciadas imediatamente após o incêndio e a reconstrução regida pela Convênio; R\$ 1.000 foram alocados na cobertura de despesas fixas perduráveis pós incêndio e R\$ 500 mil destinados à responsabilidade civil.

No exercício de 2017, foram concluídas as obras de restauro da fachada e esquadrias do edifício sede do Museu, na Estação da Luz e iniciadas as obras de reconstrução de sua cobertura. A inauguração do Museu pós restauro está prevista para o segundo semestre de 2019.

O IDBrasil segue orientação da Secretaria da Cultura na sua política de concessão de gratuidades de ingressos, a qual visa à democratização de acesso e difusão dos equipamentos geridos. Para o Museu do Futebol, foram concedidas gratuidades no valor estimado de R\$ 1.101 no exercício de 2017 (R\$ 1.117 no exercício de 2016).

Os Planos de Trabalho dos equipamentos geridos foram cumpridos. Para o exercício de 2018, o referencial orçamentário foi balizado com o mesmo valor nominal do repasse de 2017. Uma relevante captação de recursos de Lei Rouanet obtida para Museu do Futebol permitirá ações com exposições temporárias e itinerantes ao longo do exercício de 2018. Parcerias com outras entidades viabilizarão itinerâncias do Museu da Língua Portuguesa.

Um novo profissional assumiu em agosto de 2017 a direção executiva do IDBrasil; as demais equipes gestoras foram mantidas.

## **2. Apresentação das demonstrações financeiras**

### **2.1 Base de apresentação das demonstrações financeiras**

#### **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Entidade, findas em 31 de dezembro de 2017, foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas) e a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, ambas aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade, em 10 de dezembro de 2009 e 02 de setembro de 2015, respectivamente, as quais levam em consideração as disposições contidas nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em especial o CPC 26(R1).

*Handwritten signature and initials.*

### **Aprovação das demonstrações financeiras**

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2018, refletindo todos os eventos de conhecimento da Administração até a presente data.

### **Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

### **Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nessas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua ("moeda funcional"). Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Entidade, a sua moeda de apresentação. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

### **Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos, descritos na Nota Explicativa nº 18 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

## **3. Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas em detalhes abaixo e têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

**a. Instrumentos financeiros**

**i. Ativos financeiros não derivativos**

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

*Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativo são reconhecidas no resultado do exercício.

*Recebíveis*

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber, outros créditos e despesas antecipadas.

*Recursos vinculados a projetos*

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente às obrigações dos contratos de gestão, incluindo projetos de lei incentivados.

*Passivos financeiros não derivativos*

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

## ii. Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2017 e 2016, incluindo operações de *hedge*.

## b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e de acordo com a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e assistências governamentais. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Secretaria de Cultura e leis de incentivo, são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de projetos vinculados a executar.

## c. Imobilizado

### i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

### ii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática e comunicação	5 anos
Equipamentos de telefonia	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Instalações	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**d. Redução ao valor recuperável**

**Ativos financeiros**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

**e. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos**

A Administração da Entidade não pratica transações de vendas e compras a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

**f. Ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

**g. Arrendamentos mercantis (financeiro e operacional)**

A Entidade não possui operações de arrendamento mercantil financeiro e operacional.

**h. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- **ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- **passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis e remotas são apenas divulgados em nota explicativa.

**i. Receitas com trabalhos voluntários**

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1)-Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2017 o montante foi de R\$ 21 (R\$ 503 em 2016).

**j. Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, o imposto e Renda Retido na Fonte - IRRF, o COFINS sobre rendimento de aplicação financeira, o Imposto sobre Operação de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF), além das tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

**k. Informações operacionais divulgadas**

As divulgações das informações operacionais reportáveis apresentadas, tanto para o Museu do Futebol ("MDF") como para o Museu da Língua Portuguesa ("MLP"), estão de acordo com a estrutura de gerenciamento e com as informações utilizadas pelos principais tomadores de decisão da Entidade. Dessa forma, todos os itens alocados são referentes a atividades de negócio cultural das quais podem-se obter receitas e incorrer em despesas.

**l. Isenção tributária**

A Entidade goza de isenção tributária de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o superávit, por se tratar de entidade sem fins lucrativos.

**m. Gerenciamento de risco financeiro**

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 18.

***Estrutura do gerenciamento de risco***

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

(Em milhares de Reais)

#### 4. Recursos vinculados a projetos

	2017			2016		
	MDF	MLP	Total	MDF	MLP	Total
Caixa	13	-	13	8	-	8
Banco conta movimento	41	4	45	21	-	21
Banco conta movimento - bloqueio MinC	529	-	529	-	-	-
Aplicações financeiras	4.577	7.494	12.071	1.541	21.533	23.074
	<b>5.160</b>	<b>7.498</b>	<b>12.658</b>	<b>1.570</b>	<b>21.533</b>	<b>23.103</b>

Os recursos vinculados a projetos referem-se substancialmente a recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente nos contratos de gestão, projetos relacionados e projetos incentivados, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6.

##### Banco conta movimento – bloqueio MinC

Trata-se de depósito da Lei Rouanet no momento de R\$ 529, sendo que no encerramento do exercício o recurso não estava disponível para movimento.

A composição do saldo de aplicações financeiras é a seguinte:

	2017			2016		
	MDF	MLP	Total	MDF	MLP	Total
Recursos do Contrato de Gestão	1.346	747	2.093	970	1.058	2.028
Recursos Fundo de Reserva Contrato de Gestão	496	120	616	310	112	422
Recursos Fundo de Contingência Contrato de Gestão	272	430	702	218	500	718
Recursos de Projetos Especiais (Leis de Incentivo)	2.463	65	2.528	43	225	268
Recursos da Indenização do Seguro	-	6.132	6.132	-	19.638	19.638
	<b>4.577</b>	<b>7.494</b>	<b>12.071</b>	<b>1.541</b>	<b>21.533</b>	<b>23.074</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados à taxa referenciada no Certificado de Depósito Interbancário – CDI; variam entre 85% e 100% do índice base durante o exercício de 2017 (92% a 95% do CDI durante o exercício de 2016)

Na demonstração do fluxo de caixa, os recursos vinculados a projetos são apresentados no fluxo das atividades operacionais, uma vez que esses recursos não apresentam todas as características de caixa e equivalentes de caixa conforme requerido pelo CPC 03 (R2) – Demonstrações do Fluxo de Caixa.

(Em milhares de Reais)

## 5. Ativo imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	2017	2016
Móveis e utensílios	10%	325	(204)	121	122
Equipamentos de informática e comunicação	20%	525	(383)	142	149
Equipamentos de telefonia	20%	36	(35)	1	1
Máquinas e equipamentos	10%	583	(232)	351	403
Instalações	10%	190	(190)	-	-
		<b>1.659</b>	<b>(1.044)</b>	<b>615</b>	<b>675</b>

### Movimentação do ativo imobilizado em 2017

Movimentação do custo	Saldo em 01/01/2017	Adições	Baixas	Provisão Impairment	Saldo em 31/12/2017
Móveis e utensílios	296	29	-	-	325
Equipamentos de informática e comunicação	475	50	-	-	525
Equipamentos de telefonia	36	-	-	-	36
Máquinas e equipamentos	577	6	-	-	583
Instalações	190	-	-	-	190
	<b>1.574</b>	<b>85</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.659</b>

Movimentação da depreciação	Saldo em 01/01/2017	Adições	Baixas	Provisão Impairment	Saldo em 31/12/2017
Móveis e utensílios	(174)	(30)	-	-	(204)
Equipamentos de informática e comunicação	(326)	(57)	-	-	(383)
Equipamentos de telefonia	(35)	-	-	-	(35)
Máquinas e equipamentos	(174)	(58)	-	-	(232)
Instalações	(190)	-	-	-	(190)
	<b>(899)</b>	<b>(145)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.044)</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>675</b>	<b>(60)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>615</b>

(Em milhares de Reais)

### Movimentação do ativo imobilizado em 2016

Movimentação do custo	Saldo em 01/01/2016	Adições	Baixas	Provisão Impairment	Saldo em 31/12/2016
Móveis e utensílios	270	26			296
Equipamentos de informática e comunicação	410	65			475
Equipamentos de telefonia	36	-			36
Máquinas e equipamentos	553	24			577
Instalações	190	-			190
	<b>1.459</b>	<b>115</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.574</b>
Movimentação da depreciação	Saldo em 01/01/2016	Adições	Baixas	Provisão Impairment	Saldo em 31/12/2016
Móveis e utensílios	(145)	(29)			(174)
Equipamentos de informática e comunicação	(273)	(53)			(326)
Equipamentos de telefonia	(35)	-			(35)
Máquinas e equipamentos	(117)	(57)			(174)
Instalações	(190)	-			(190)
	<b>(760)</b>	<b>(139)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(899)</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>699</b>	<b>(24)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>675</b>

### 6. Projetos vinculados a executar

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo):

**ID Brasil Cultura, Educação e Esporte**  
**Demonstrações Financeiras em**  
**31 de dezembro de 2017 e 2016**

(Em milhares de Reais)

	Saldos em 31/12/2016	Valores recebidos / repasses		Captação de recursos	Receitas Financeiras		Devolução e transferências de Recursos	Imobilizações líquidas	Custos e despesas	Outras movimentações	Saldos em 31/12/2017
		Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2016		Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2016					
<b>Museu do Futebol</b>											
Contrato de Gestão (a)	672	8.636	1.712	-	105	-	-	122	(9.912)	-	1.335
Pronac 159325 - 2016	42	-	-	-	2	-	-	-	-	(44)	-
Pronac 163821 - 2017	-	2.600	-	-	10	-	-	-	(190)	44	2.464
Pronac 177453 - 2018	-	529	-	-	-	-	-	-	-	-	529
<b>Sub Total - Museu do Futebol</b>	<b>714</b>	<b>11.765</b>	<b>1.712</b>	<b>-</b>	<b>117</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>122</b>	<b>(10.102)</b>	<b>-</b>	<b>4.328</b>
<b>Museu da Língua Portuguesa</b>											
Contrato de Gestão	987	1.869	9	9	110	-	(8)	(43)	(1.917)	124	1.131
Projeto Reconstrução	19.609	-	-	-	562	1.041	(14.546)	-	(562)	18	6.122
Pronac 159327 - Plano anual - 2016	212	-	-	-	13	-	-	(13)	(145)	-	67
Empenho (Outras Obrigações)	385	-	-	-	-	-	-	-	(229)	(142)	15
<b>Sub Total - Museu da Língua Portuguesa</b>	<b>21.193</b>	<b>1.869</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>685</b>	<b>1.041</b>	<b>(14.554)</b>	<b>(56)</b>	<b>(2.853)</b>	<b>-</b>	<b>7.335</b>
<b>Total Projetos a executar</b>	<b>21.907</b>	<b>13.634</b>	<b>1.721</b>	<b>802</b>	<b>1.041</b>	<b>(14.554)</b>	<b>66</b>	<b>(12.955)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11.663</b>

	Saldos em 31/12/2016		Saldos em 31/12/2017	
	Depreciação	Aquisições	Depreciação	Aquisições
Obrigações com o Estado - Imobilizado MDF	631	10	509	509
Obrigações com o Estado - Imobilizado MLP	12	53	55	55
Obrigações Pronac - Imobilizado MLP	44	22	57	57
<b>Total Imobilizado</b>	<b>687</b>	<b>85</b>	<b>621</b>	<b>621</b>

*(Em milhares de Reais)*

- **Valores recebidos/repasses**-referem-se aos montantes recebidos ou captados para incentivo aos projetos vinculados.
- **Rendimentos financeiros** -referem-se a rendimento das aplicações financeiras dos recursos vinculados aos projetos que, de acordo com a norma contábil, são reconhecidos no ativo em contrapartida a projetos a executar.
- **Consumo** -referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social.

**a. Contrato de Gestão - Museu do Futebol (MDF)**

A Entidade firmou Contrato de Gestão nº 05/2011 com o Governo do Estado de São Paulo por intermédio da Secretaria de Estado da Cultura, pelo período aproximado de 51 meses a partir de 9 de setembro de 2011; houve prorrogação da vigência até 30 de junho de 2016. Em junho de 2016 foi assinado um novo contrato, pelo período de 54 meses, com vigência até 31 de dezembro de 2020. Durante o período do contrato, a Entidade receberá do Estado recursos financeiros para o gerenciamento e execução de atividades e serviços a serem desenvolvidos no "Museu do Futebol". Essas atividades e serviços são medidos por metas e indicadores de desempenho trimestrais e anuais, e a falta de alcance dos mesmos pode gerar penalidades à Entidade.

A Entidade possui permissão de uso para o imóvel onde está instalada, anexo ao Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho, conhecido como o Estádio do Pacaembu, pelo prazo de vigência do contrato, e em contrapartida, é responsável pela operação, manutenção preventiva e corretiva do referido espaço.

No mês de dezembro de 2015, foi celebrado o 6º (sexto) aditamento ao Contrato de Gestão do Museu do Futebol por intermédio da Secretaria do Estado da Cultura, com prorrogação do prazo contratual até 30 de junho de 2016, com repasse no valor de R\$ 3.846 para o período. O contrato de gestão 05/2011 teve a importância global de R\$ 42.890 em recursos repassados pela Secretaria da Cultura.

Em novo processo licitatório de chamamento Público, o IDBrasil firmou novo Contrato de Gestão nº 04/2016 com a Secretaria de Estado da Cultura, no valor total de R\$ 42.682. Em dezembro de 2016 foi celebrado o 1º Termo de aditamento, tendo como valor global estimado R\$ 42.561.

Para o exercício de 2018, a Secretaria de Estado da Cultura determinou como referencial de repasse o mesmo valor nominal do exercício de 2017 e permitiu a unificação da equipe do Museu da Língua Portuguesa à equipe do Museu do Futebol, com os recursos correspondentes, de modo a otimizar os resultados de gestão. Assim, para 2018 serão repassados recursos no valor de R\$ 9.405.

(Em milhares de Reais)

Dessa forma, pela execução do Contrato de Gestão, a Entidade deverá receber do Poder Público, nos prazos e condições acordados, a importância global de R\$ 42.730, da seguinte forma:

2016 (2º semestre)	R\$ 4.833
2017	R\$ 8.635
2018	R\$ 9.405
2019	R\$ 9.696
2020	R\$ 10.161

#### **b. Contrato de Gestão - Museu da Língua Portuguesa (MLP)**

A Entidade firmou Contrato de Gestão 004/2012 com o Governo do Estado de São Paulo por intermédio da Secretaria de Estado da Cultura, pelo período de 53 meses a partir de 01 de julho de 2012 e vencimento em novembro de 2016. Durante o período do contrato, a Entidade recebeu do Estado recursos financeiros para o gerenciamento e execução de atividades e serviços a serem desenvolvidos no "Museu da Língua Portuguesa". Essas atividades e serviços são medidos por metas e indicadores de desempenho trimestrais e anuais, e a falta de alcance dos mesmos pode gerar penalidades à Entidade.

Em maio de 2016 a Entidade assinou com a Secretaria da Cultura o 5º (quinto) termo de aditamento ao Contrato de Gestão com prorrogação de vencimento de 30/11/2016 para 31/12/2016 e revisão do plano de trabalho para adequação à nova condição do Museu pós incêndio, com repasse no valor de R\$ 2.700, e R\$ 1.000 advindos da indenização do seguro relativos a despesas fixas perduráveis. Foram também executadas obras emergenciais no valor de R\$ 2.808 com recursos advindos da indenização do seguro (vide Nota Explicativa 16).

Em dezembro de 2016 a Entidade assinou com a Secretaria da Cultura novo contrato de gestão, com vigência até 31 de dezembro de 2020.

Dessa forma, pela execução do Contrato de Gestão, a Entidade receberá do Poder Público, nos prazos e condições acordados, a importância global estimada em R\$ 8.781, da seguinte forma:

2017	R\$ 2.855
2018	R\$ 1.356
2019	R\$ 2.232
2020	R\$ 2.338

Em 21 de janeiro de 2016 foi celebrado um convênio tendo como partes a Secretaria da Cultura, a Fundação Roberto Marinho e o IDBrasil, visando à reconstrução e restauração do prédio da Estação da Luz, e a reinstalação do Museu no local. Os recursos serão advindos da indenização do seguro e recursos de patrocinadores privados. Os recursos da indenização do seguro, deduzidas as parcelas usadas nas obras emergenciais, serão repassados à Fundação Roberto Marinho - responsável pelos projetos, obras e recuperação do Museu - pelo IDBrasil e com anuência da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, de acordo com cronogramas estabelecidos em termos de aditamentos.

*(Em milhares de Reais)*

Em 2016, foram assinados dois termos de aditamento do referido convênio; o primeiro em agosto de 2016, tendo como principal objeto a elaboração e atualização de projetos de restauro, no valor de R\$ 973; o segundo, assinado em dezembro de 2016 com objeto principal a execução das obras de restauro das fachadas e esquadrias, no valor de R\$ 12.392. Os recursos no montante de R\$ 13.365, advindos da indenização do sinistro, foram repassados à Fundação Roberto Marinho. Em agosto de 2017 foi assinado novo termo de aditamento, tendo como principal objeto a obra civil de cobertura do prédio; recursos no montante de R\$ 14.557 foram então repassado à Fundação Roberto Marinho.

Além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto dos Contratos de Gestão, a Entidade também mantém as seguintes fontes de recursos:

- (i) Receitas auferidas pela venda de ingressos nas bilheterias;
- (ii) Receitas advindas da locação de seus espaços físicos;
- (iii) Doações, legados e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras; e
- (iv) Rendimentos de aplicações e ativos financeiros.

As fontes (i) e (ii) não estão ativas para o Museu da Língua Portuguesa até que seja reaberto o Museu.

Por força dos Contratos de Gestão, a Entidade está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente e anualmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria de Estado da Cultura. No caso de não cumprimento dessas metas, a Entidade poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução e ou extinção dos repasses contratados.

Os relatórios trimestrais relativos ao período de março, junho e setembro de 2017 foram preparados e encaminhados para a Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM) da Secretaria de Estado da Cultura, sendo aprovados em 19 de junho, 25 de agosto, e 29 de novembro de 2017 (MDF), e 21 de junho, 04 de setembro e 28 de novembro de 2017 (MLP). As prestações de contas referentes às atividades anuais dos MDF e MLP, serão enviadas em fevereiro de 2018.

Os recursos provenientes dos Contratos de Gestão são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos; em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante na rubrica de projetos vinculados a executar, representando a parcela remanescente a ser aplicada no projeto, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação.

### **c. Leis de incentivo fiscal**

O IDBrasil inscreveu em projetos de Lei Rouanet os Planos Anuais dos museus sob sua gestão, contemplando ações para as áreas de exposições, programação cultural, divulgação, programação educativa e manutenção predial e tecnológica. Os projetos visam à continuidade, melhoria da qualidade e a diversificação da programação dos museus sob sua gestão.

*(Em milhares de Reais)*

**Leis de Incentivo Fiscal (MDF):**

***PRONAC - 1410879 - Plano Anual 2015***

Valor aprovado do projeto foi de R\$ 4.528. No exercício de 2015 houve captação no valor de R\$ 40 mil, sendo o recurso atualizado transferido para o *Plano Anual 2016*.

***PRONAC - 159325 - Plano Anual 2016***

Valor aprovado do projeto foi de R\$ 4.033, com prazo de captação até 31 de dezembro de 2016. Não houve captação durante o exercício de 2016. O recurso captado no Plano Anual 2015 foi transferido para o Plano Anual 2017.

***PRONAC - 163821 - Plano Anual 2017***

Valor aprovado do projeto foi de R\$ 4.653, com prazo de captação até 31 de dezembro de 2017. Foi captado o valor de R\$ 2.600. O prazo de execução do Plano foi prorrogado até 31 de março de 2018.

***PRONAC - 177453 - Plano Anual 2018***

Valor aprovado do projeto foi de R\$ 4.925, com prazo de captação até 31 de dezembro de 2018. Foi captado o valor de R\$ 529.

**Leis de incentivo fiscal (MLP)**

***PRONAC -1411693 -Plano Anual 2015***

Valor aprovado do projeto foi de R\$ 6.723. Valor captado durante o exercício de 2014 foi de R\$ 300. No exercício de 2015 foi captada a quantia de R\$ 431. Os recursos foram transferidos para o Plano Anual 2016.

***PRONAC -159327 -Plano Anual 2016***

Valor aprovado do projeto foi de R\$ 3.048, com prazo de captação até 31 de dezembro de 2016. O projeto foi parcialmente executado com recursos transferidos das captações dos Planos Anuais 2015 e 2016. Prazo de execução do Plano Anual 2016 foi prorrogado para 31 de março de 2018.

(Em milhares de Reais)

## 7. Obrigações trabalhistas e encargos sociais

	2017			2016		
	MDF	MLP	Total	MDF	MLP	Total
Provisão de férias	543	70	613	550	136	686
Rescisões a pagar	-	-	-	-	-	-
INSS a recolher	99	9	108	110	28	138
FGTS a recolher	35	3	38	35	7	42
IRRF a recolher	60	8	68	58	17	75
PIS Folha de Salário a recolher	5	-	5	5	1	6
Outras	1	-	1	-	-	-
	<b>743</b>	<b>90</b>	<b>833</b>	<b>758</b>	<b>189</b>	<b>947</b>

## 8. Contingências trabalhistas

A Entidade reconhece a provisão para riscos trabalhistas quando seus assessores jurídicos consideram como provável o risco de perda de demandas judiciais e administrativas, que acarretarão em desembolso de recursos que possam ser mensurados com razoável nível de segurança.

Em 31 de dezembro de 2017, a Entidade é parte (pólo passivo) em 5 ações de natureza trabalhista que, avaliadas pelas assessores jurídicos da Entidade, totalizam R\$ 169 (R\$ 113 em 2016), sendo que 3 (três) ações são consideradas de perda provável e foram provisionadas, no valor de **R\$ 124**; 2 (duas) ação é considerada perda possível, no valor de R\$ 45. Para as ações cuja probabilidade de perda foi classificada como possível ou remota por seus assessores jurídicos, nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização quando nessa classificação.

No exercício de 2017, atendendo as demandas judiciais de um dos processos considerados prováveis, a Entidade efetuou o depósito judicial no valor de **R\$ 103**.

## 9. Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho e remuneração dos membros da Diretoria Executiva. A Entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplica integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

## 10. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits / superávits apurados anualmente.

(Em milhares de Reais)

A Entidade somente poderá ser dissolvida:

- por deliberação tomada em reunião extraordinária do Conselho de Administração, para esse fim convocado, e na presença de no mínimo 2/3 dos seus membros; ou
- por sentença do Poder Judiciário transitada em julgado.

Em caso de extinção ou desqualificação da Entidade como organização social, haverá a incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Estado de São Paulo, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados através do Contrato de Gestão.

## 11. Receitas com restrições - contrato de gestão

	2017			2016		
	MDF	MLP	Total	MDF	MLP	Total
<sup>9a</sup> Custos e despesas	10.102	2.853	12.955	10.752	7.821	18.573
<sup>6b</sup> (-) Recursos captados	(1.712)	(9)	(1.721)	(1.621)	(276)	(1.897)
<sup>6c</sup> (-) Receitas financeiras	(117)	(685)	(802)	(260)	(1.356)	(1.616)
<sup>12</sup> (-) Recursos Leis Incentivo	(180)	(122)	(302)	-	(482)	(482)
(-) Recurso Indenização MLP	-	-	-	-	(1.945)	(1.945)
<b>Reconhecimento da receita do CG</b>	<b>8.093</b>	<b>2.037</b>	<b>10.130</b>	<b>8.871</b>	<b>3.762</b>	<b>12.633</b>

A receita do contrato de gestão é reconhecida no resultado na mesma proporção das despesas incorridas, diminuídas das demais receitas captadas, que são reconhecidas na ocasião do fato gerador (competência).

Em 2016, excepcionalmente a Entidade reconheceu como receita os valores equivalentes aos gastos com as obras emergenciais decorrentes do incêndio no Museu da Língua Portuguesa. Em 2017 estes gastos foram menores que a receita financeira e o valor excedente (R\$ 1.040) foi transferido para a conta de Projetos a executar – Reconstrução no passivo circulante.

## 12. Receitas com restrições - recursos projetos especiais (Leis de incentivos e Editais)

	2017			2016		
	MDF	MLP	Total	MDF	MLP	Total
Projeto Poesia Agora	-	-	-	-	2	2
Pronac - Plano anual 2016 - 159327	-	122	122	-	480	480
Pronac - Plano anual 2017 - 163821	180	-	180	-	-	-
Receitas financeiras	12	13	25	-	51	51
	<b>192</b>	<b>135</b>	<b>327</b>	<b>-</b>	<b>533</b>	<b>533</b>

As receita dos projetos especiais são reconhecidas no resultado na mesma proporção das despesas incorridas.

(Em milhares de Reais)

O Ministério da Cultura, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 19 da Lei nº 8.313, de 32 de dezembro de 1991, aprovou a realização de projetos culturais, sendo os integrantes autorizados a captar recursos mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do art. 18, com redação dada pelo art. 53 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e no art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

### 13. Despesas com pessoal

	2017			2016		
	MDF	MLP	Total	MDF	MLP	Total
Salários	3.515	427	3.942	3.333	1.387	4.720
Encargos Sociais	1.230	178	1.408	1.230	710	1.940
Benefícios	693	43	736	726	219	945
Férias e 13º Salário	961	108	1.069	960	356	1.316
Contingências trabalhistas	9	115	124	-	-	-
	<b>6.408</b>	<b>871</b>	<b>7.279</b>	<b>6.249</b>	<b>2.672</b>	<b>8.921</b>

### 14. Prestadores de serviços – Contrato de Gestão

	2017			2016		
	MDF	MLP	Total	MDF	MLP	Total
Segurança e vigilância	447	568	1.015	645	778	1.423
Portaria	325	16	341	332	130	462
Limpeza	439	39	478	451	52	503
Administração / RH	22	3	25	17	8	25
Bombeiros	165	127	292	201	-	201
Manutenção e locação de equipamentos	33	-	33	27	-	27
Consultoria	1	2	3	14	-	14
Jurídico	82	48	130	114	96	210
Contabilidade	68	26	94	67	-	67
Auditoria	8	13	21	58	20	78
Demais serviços	89	6	95	77	5	82
	<b>1.679</b>	<b>848</b>	<b>2.527</b>	<b>2.003</b>	<b>1.089</b>	<b>3.092</b>

### 15. Gerais e administrativas – Contrato de Gestão

	2017			2016		
	MDF	MLP	Total	MDF	MLP	Total
Despesas Administrativas	89	40	129	266	55	321
sub total - administrativas e gerais	<b>89</b>	<b>40</b>	<b>129</b>	<b>266</b>	<b>55</b>	<b>321</b>
Programa Exposição e Programa Cultural	220	-	220	347	56	403
Programa Educação/Conservação/Manutenção/Seguro	428	69	497	518	44	562
Programa de Comunicação	33	165	198	105	-	105
Programa de serviço educativo e projeto especial	17	-	17	51	101	152
Programa Acervo: Conservação e Documentação	59	105	164	162	-	162
Programa Apoio ao SISEM-SP	-	-	-	51	-	51
Programa de Gestão Executiva	39	-	39	-	-	-
sub total - programas	<b>796</b>	<b>339</b>	<b>1.135</b>	<b>1.234</b>	<b>201</b>	<b>1.435</b>
<b>TOTAL</b>	<b>885</b>	<b>379</b>	<b>1.264</b>	<b>1.500</b>	<b>256</b>	<b>1.756</b>

A seguir apresentamos a composição das despesas gerais com programas das principais atividades da Entidade:

*IDBrasil Cultura, Educação e Esporte*  
*Demonstrações Financeiras em*  
*31 de dezembro de 2017 e 2016*

*(Em milhares de Reais)*

	2017													
	Programa Exposição e Programa Cultural		Edificação / Conservação / Manutenção /		Programa de Comunicação		Programa de serviço educativo e projeto especial		Programa Acervo: Conservação e Documentação		Programa de Gestão Executiva		TOTAL	
	MDF	MLP	MDF	MLP	MDF	MLP	MDF	MLP	MDF	MLP	MDF	MLP	MDF	MLP
Materiais	-	-	91	6	-	1	-	-	1	-	-	-	92	7
Manutenção predial	-	-	122	52	-	-	-	-	-	-	-	-	122	52
Manutenção de equipamentos	39	-	159	1	-	-	-	-	-	-	-	-	198	1
Estrutura de exposição	89	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	89	-
Criação gráfica / arte	-	-	-	-	9	-	-	-	-	-	-	-	9	-
Comunicação visual	1	-	-	-	-	99	-	-	-	-	-	-	1	99
Manutenção do parque tecnológico	-	-	-	-	24	50	-	-	18	-	-	-	42	50
Seguros	-	-	33	6	-	-	-	-	-	-	-	-	33	6
Outras despesas	91	-	23	4	-	15	17	4	40	101	39	-	210	124
	<b>220</b>	<b>-</b>	<b>428</b>	<b>69</b>	<b>33</b>	<b>165</b>	<b>17</b>	<b>4</b>	<b>59</b>	<b>101</b>	<b>39</b>	<b>-</b>	<b>796</b>	<b>339</b>
													<b>1.135</b>	
	2016													
	Programa Exposição e Programa Cultural		Edificação / Conservação / Manutenção /		Programa de Comunicação		Programa de serviço educativo e projeto especial		Programa Acervo: Conservação e Documentação		Programa Apoio ao SISEM-SP		TOTAL	
	MDF	MLP	MDF	MLP	MDF	MLP	MDF	MLP	MDF	MLP	MDF	MLP	MDF	MLP
Materiais	-	-	110	1	104	-	-	14	11	-	-	-	225	15
Manutenção predial	-	-	267	4	-	-	-	-	-	-	-	-	267	4
Manutenção de equipamentos	-	-	86	-	-	-	-	-	-	-	-	-	86	-
Estrutura de exposição	335	56	-	-	-	-	-	-	-	-	39	-	374	56
Despesa com segurança	-	-	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	-
Criação gráfica / arte	3	-	-	-	1	-	-	46	-	-	-	-	4	46
Comunicação visual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2	-
Manutenção do parque tecnológico	-	-	-	-	-	-	-	-	83	-	-	-	83	-
Seguros	-	-	29	35	-	-	-	-	-	-	9	-	38	35
Outras despesas	9	-	14	4	-	-	51	41	68	-	1	-	143	45
	<b>347</b>	<b>56</b>	<b>518</b>	<b>44</b>	<b>105</b>	<b>-</b>	<b>51</b>	<b>101</b>	<b>162</b>	<b>-</b>	<b>51</b>	<b>-</b>	<b>1.234</b>	<b>201</b>
													<b>1.435</b>	

*(Em milhares de Reais)*

## 16. Gastos - Sinistro - MLP

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
	MLP	MLP
Obras e Serviços Emergenciais - Obras e Projetos		- 2.596
Obras e Serviços Emergenciais - Laudo Estabilidade		- 18
Obras e Serviços - Responsabilidade Civil	35	-
Obras e Serviços Emergenciais - Limpeza	18	178
Energia Elétrica e Telefonia	77	-
Obras e Serviços Emergenciais - outros gastos	1	16
	<u>131</u>	<u>2.808</u>

Conforme mencionado em nota explicativa 6(b), foram executados em 2016 obras e serviços emergenciais com recursos advindos da indenização do seguro; em 2017 foi contratado projeto de restauro do saguão CPTM e realizadas despesas previstas pelo Convênio.

## 17. Despesas Leis de incentivo

	<u>2017</u>			<u>2016</u>		
	MDF	MLP	Total	MDF	MLP	Total
Desp. Adm. Material de uso e consumo		9	9	-	63	63
Desp. Adm. Seguro		40	40	-	-	-
Desp. Adm. Passagens		3	3	-	3	3
Desp. Adm. Outras	3	6	9	-	49	49
Programa de exposição	87	-	87	-	-	-
Serv 3s. Captação de recurso	100	-	100	-	41	41
Serv 3s. Bombeiro	-	46	46	-	133	133
Serv 3s. Jurídico	-	27	27	-	106	106
Serv 3s. Contabilidade	-	-	-	-	45	45
Energia elétrica	-	-	-	-	79	79
Despesas financeiras	2	4	6	-	14	14
	<u>192</u>	<u>135</u>	<u>327</u>	<u>-</u>	<u>533</u>	<u>533</u>

## 18. Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

### Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Entidade não efetuou operações com derivativos.

*Handwritten signature/initials*

### **Instrumentos financeiros “Não derivativos”**

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2017, a Entidade está sujeita aos fatores de:

#### ***Risco de liquidez***

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

#### ***Risco de mercado***

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa.

### **19. Avais, fianças e garantias**

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2017 e 2016.

### **20. Cobertura de seguro**

Em 31 de dezembro de 2017 a Entidade possui cobertura de seguros multirriscos, no valor total de R\$ 49.600, com vigência até 12 de junho de 2018, para o Museu do Futebol. O seguro multirrisco do Museu da Língua Portuguesa, com vigência até novembro de 2016, foi indenizado em outubro de 2016; em 2017, a modalidade de seguro contratada pela Entidade é a de segundo risco, no valor de R\$ 30.000. É considerado de primeiro risco o seguro de engenharia, de responsabilidade da empresa contratada para a obra. Foram contratadas em 2017 uma apólice para a etapa de restauro das fachadas, que venceu em 10 de dezembro de 2017 e uma apólice para a etapa de reconstrução da cobertura do prédio, com vigência até 18 de julho de 2018.

13  
X-02

## **21. Renúncia fiscal**

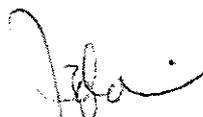
Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias

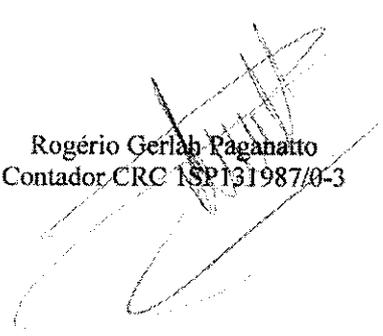
\* \* \*



Eric Alexander Klug  
Diretor Executivo



Vitória Boldrin  
Diretora Administrativa e Financeira



Rogério Gerlach Paganatto  
Contador CRC 1SP131987/0-3